



CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRS): UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

CLEONICE BORGES DE SOUZA; DAVID JOSÉ CAUME;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

GOIÂNIA - GO - BRASIL

cleoniceborges@hotmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRS): UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

Grupo de Pesquisa: Políticas Sociais para o Campo

Resumo

Diante da relevância da temática da participação social na gestão das políticas públicas e considerando ser imprescindível a realização de estudos que tenham por mérito abordar a gestão social das políticas públicas e a participação social – com o levantamento de dados empíricos, do resgate da fala e da percepção dos diferentes agentes sociais, por exemplo –, principalmente aqueles ligados ao desenvolvimento rural, alguns, inclusive, excluídos até bem pouco tempo destas políticas e, que possam contribuir para a compreensão das relações sociais no espaço rural brasileiro, decidimos, a partir de uma perspectiva sociológica, realizar este trabalho, o qual tem por premissa fornecer subsídios à análise das relações sociais que se estabelecem entre os diversos agentes sociais que participam do espaço social específico: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), a partir das contribuições de Pierre Bourdieu.

Palavras-chaves: participação social; desenvolvimento rural; políticas públicas; CMDRS; Pierre Bourdieu.

Abstract

Given the relevance of the theme of social participation in the management of public policies and considering absolutely essential to conducting studies that have merit by



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



addressing the social management of public policies and social participation - with the lifting of empirical data, redemption of speech and the perception of the different social agents, for example - and especially those related to rural development, some even excluded until very recently these policies, and that may contribute to the understanding of social relations in rural Brazil, decided as of a perspective sociological, perform this work, which has the premise provide subsidies to the analysis of social relations that are established between the various social agents participating in the social area specific: Sustainable Rural Development City Councils (SRDCC) from the contributions of Pierre Bourdieu.

Key Words: Social participation; rural development, public policy; SRDCC; Pierre Bourdieu.

1. Introdução

O processo de modernização da agricultura brasileira, iniciado na década de 1940, intensificou-se a partir de 1965 com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A política de crédito rural transformou-se no principal veículo do projeto modernizador para a agricultura, principalmente através da integração de capitais, foi altamente seletiva e discriminatória, direcionou todos os privilégios à agricultura patronal em detrimento da agricultura familiar. As políticas agrícolas beneficiaram basicamente os grandes produtores e as grandes propriedades, localizadas principalmente nas regiões mais desenvolvidas (centro-sul do país) e as culturas direcionadas à exportação ou à substituição de importações. As políticas agrárias, por sua vez, mantiveram praticamente inalterada a estrutura de propriedade da terra, configurando o que foi denominado de “modernização conservadora” da agricultura, com elevada concentração de terras e de riquezas.¹

Alguns programas foram implementados na tentativa de resolver ou ao menos minimizar os problemas socioeconômicos enfrentados pelos agricultores familiares. Entretanto, esses programas representaram apenas precárias políticas de crédito rural (as condições oferecidas aos agricultores familiares, idênticas às concedidas aos grandes produtores, em nenhum momento favoreceu seu acesso ao crédito oficial), sem nenhum caráter de inserção desses agricultores ao mercado, fazendo com que a agricultura familiar se mantivesse alijada do processo de modernização proposto.

O crédito rural, que teve seu momento áureo no final da década de 1970, com mais de um milhão de contratos, foi reduzido paulatinamente até configurar uma situação de crise na oferta de recursos oficiais no início da década de 1990. Nesse contexto, tornou-se ainda mais crítico o acesso da agricultura familiar ao crédito rural, o que deu origem a mobilizações e pressões dos agricultores familiares, coordenados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), reivindicando um tratamento diferenciado dentro da política de financiamento para o setor agropecuário. Ou seja, de forma inovadora, as entidades

¹ Para uma melhor contextualização desse assunto, consultar entre outros: DELGADO, G. (1985) e SILVA, J. (1998).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



de representação sindical da agricultura familiar passavam a demandar do Estado brasileiro uma política específica de crédito para essa categoria social.

Para Martins (2001), é por meio dos movimentos sociais e de suas diferentes formas de organização que os trabalhadores rurais, vítimas desse desenvolvimento econômico excludente, têm procurado seu próprio rumo, se alçado acima da indignidade que as vitima, proclamado seus direitos e questionado os responsáveis por sua situação.

Assim, num contexto de pressões dos movimentos sociais rurais e do reconhecimento por parte de setores governamentais de que o fortalecimento da agricultura familiar é estratégico para a criação de novas atividades econômicas geradoras de empregos e renda, o Governo Federal instituiu, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a principal política pública destinada a apoiar os agricultores familiares. Em seus primórdios, o Programa disponibilizava por meio da linha de crédito para custeio e investimento uma quantia em torno de R\$ 1,3 bilhões (MDA/Plano Safra 1997/98). Nesses últimos doze anos, foram registrados avanços significativos na oferta de crédito rural, no incremento da modalidade Infra-estrutura e Serviços Municipais, nas atividades de capacitação e, de pesquisa para os agricultores familiares, graças aos contínuos ajustes que foram sendo introduzidos no Programa, fruto de negociações geradas a partir de proposições e reivindicações dos movimentos sociais, em especial da CONTAG.

Segundo Ricardo Abramovay (apud SCHNEIDER, CAZELLA & MATTEI, 2004), o surgimento do PRONAF representou, por parte do Estado, o reconhecimento de que os agricultores familiares são também protagonistas das políticas públicas, instituindo um processo de negociação entre os agricultores e suas organizações e o Governo. Outro aspecto inovador dessa política pública, foi o estabelecimento de um enfoque territorial, ressaltando-se o papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), criados por demanda do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais.

Os CMDRS, constituídos por agricultores familiares, representantes do poder público e de entidades parceiras, tornaram-se espaços institucionalizados de discussões e decisões de políticas públicas e, sobre o rumo e os caminhos que podem ser seguidos para melhorar as condições de vida da população rural. Além do mais é, também, o espaço privilegiado de elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS's), emulando a participação da comunidade e o fortalecimento da cidadania.

A temática da participação popular em instâncias de poder e de definição e operacionalização de políticas públicas – em especial os conselhos gestores – vem adquirindo crescente relevância, despertando o interesse de pesquisadores para a análise dessas múltiplas experiências institucionalizadas de “democracia participativa”. A pesquisa social tem procurado investigar tanto a evolução dessas experiências quanto a complexidade que as envolve, abarcando desde aspectos como a articulação e constituição dos conselhos, as formas de funcionamento, os condicionantes da participação social, as relações de poder, a legitimidade e diversidade dos atores participantes à atuação do poder público e os seus limites e contribuições desses conselhos para a gestão, controle e avaliação das políticas públicas.²

² Dentre os inúmeros estudos realizados sobre a temática da participação popular e avaliação de políticas públicas, ver entre outros: AVRITZER (2003), SANTOS (2003), SOMARRIBA e DULCI (1997), MORUZZI MARQUES



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Por entender a relevância da temática da participação social na gestão das políticas públicas e considerando ser imprescindível a realização de estudos que tenham por mérito abordar a gestão social das políticas públicas e a participação social – com o levantamento de dados empíricos, do resgate da fala e da percepção dos diferentes agentes sociais, por exemplo –, principalmente aqueles ligados ao desenvolvimento rural, alguns, inclusive, excluídos até bem pouco tempo destas políticas e, que possam contribuir para a compreensão das relações sociais no espaço rural brasileiro, decidi, a partir de uma perspectiva sociológica, realizar um estudo, o qual tem por premissa analisar as relações sociais que se estabelecem entre os diversos agentes sociais que participam do espaço social específico: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Na presente investigação, construímos sociologicamente o objeto de pesquisa utilizando particularmente das contribuições de Pierre Bourdieu, concebendo o “Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável” como um espaço social específico, caracterizado pela presença de uma rede de relações de poder, envolvendo agricultores familiares e os diversos agentes sociais que participam dessas instâncias: representantes do poder público, de sindicatos, de associações, de cooperativas, de câmaras de vereadores, de técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública e privada, e vários outros. O foco da pesquisa centrou-se na análise dos Conselhos enquanto um campo social configurado por relações de força, de disputas e de conflitos entre os diversos agentes que empregam de forma material e simbólica esforços no sentido de fazer existir esse espaço.

2. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO SOCIOLÓGICO - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRS): ESPAÇO SOCIAL DE CONFLITO E DE PODER

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), na qualidade de espaços colegiados, são sistematicamente direcionados a manter sua objetividade na busca efetiva e legítima da gestão social, através de uma ampla representatividade, diversidade e pluralidade dos diversos agentes sociais envolvidos nas diferentes dimensões do desenvolvimento rural (social, econômica, cultural, política e ambiental), cujo fundamento reside nos pressupostos da participação democrática.

Diversos estudos evidenciam que,³ do ponto de vista formal, tem de fato ocorrido a presença majoritária dos agricultores familiares e/ou de seus representantes no interior dos Conselhos.⁴ Contudo, a mera paridade numérica não tem significado ou garantido a suposta simetria entre os atores integrantes dos Conselhos. Na arquitetura de relações de poder, a questão da paridade é, sem dúvida, relevante; todavia, a mera distribuição equitativa dos assentos entre os diferentes segmentos torna-se uma variável limitada para a compreensão de como essa configuração realmente está sendo operacionalizada. Isto é, a igualdade numérica

(2004), FAVARETO e DEMARCO (2004), bem como os demais artigos que compõem o livro organizado por SCHNEIDER et al. (2004).

³ Para um melhor entendimento dessa questão, consultar, entre outros: MORUZZI MARQUES (2004).

⁴ Utilizo a denominação “Conselho”, neste trabalho, para representar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Quando houver necessidade de fazer referência à outra instância, indicarei.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



por si só não garante e nem tem condições de garantir a equidade de capacidades e competências na definição e operacionalização das políticas públicas.

Alguns elementos apresentam-se como fatores que distinguem e hierarquizam a participação nos Conselhos, geralmente privilegiando os representantes do poder público, tanto do executivo municipal quanto das instituições oficiais de assistência técnica e extensão rural. Dentre os quais, temos:

a) custos de participação – estadia, transporte, alimentação e o próprio valor do dia de trabalho, dentre outros – diretamente relacionados às disponibilidades financeiras e de tempo, tornam-se fatores determinantes, em muitos casos, da participação dos membros do Conselho. Isto quer dizer que os representantes governamentais, para exercerem a atividade de conselheiro, têm remuneração garantida, visto que essa atividade faz parte de sua jornada de trabalho. No caso dos agricultores familiares, os custos são arcados por eles próprios, situação que torna precária sua participação, os quais além de participarem dos Conselhos exercem militância e muitas outras atividades, inclusive seus trabalhos propriamente ditos. A distorção acentua-se mediante a observância das condições de miséria em que vivem muitos representantes da agricultura familiar, os quais muitas vezes não conseguem ganhar o suficiente para sua manutenção tampouco para investirem em sua formação e qualificação, para garantir uma participação competente nos conselhos e ter condições de “exercitar uma cidadania ativa, não-regulada, outorgada, passiva” (GHON, 2001);

b) diferencial de recursos – os agricultores familiares em relação aos representantes governamentais são os que apresentam as menores possibilidades de acesso aos recursos – conhecimentos, informações, de comunicação e relacionais – e os maiores custos no processo de participação. O protagonismo dos agricultores familiares, visando o atendimento de suas demandas nos Conselhos, pressupõe o seu envolvimento nos diversos campos – econômico, social, político e cultural –, passando a assumir a forma de um fenômeno social. A participação é o ponto simbólico de articulação da dominação e da resistência em relação às práticas de poder, quer dizer, à medida que determinados agentes sociais sejam possuidores de fatores que possam distingui-los frente aos demais, estes poderão efetivar suas participações e criar condições de imposição de seus pontos de vista, estabelecendo a dominação. Da mesma forma, estes não aceitarão que práticas de poder sejam compiladas contra si;

c) a posse de determinados conhecimentos técnicos, a compreensão do funcionamento da máquina administrativa, o domínio da capacidade argumentativa e a habilidade no seu uso, dentre outros, são instrumentos que favorecem a negociação num mesmo patamar de paridade (MORUZZI MARQUES, 2004; TOMMASI, 1997).

Esse processo representa bem o que Bourdieu delinea como “formas específicas de trabalho orientadas para a conservação ou para o aumento de formas específicas de capital” (BOURDIEU, 1990, p. 127). Particularmente em relação aos Conselhos, a estratégia dos sujeitos dominantes nesse espaço social é utilizar os capitais econômico, cultural e simbólico de que dispõem para impor suas categorias de percepção e apreensão do mundo social, atuando assim para reproduzir e reforçar as relações de força que constituem a estrutura do espaço social, objetivando a perpetuação de sua posição dominante nesse espaço.

Nessa perspectiva, os Conselhos emergem como espaços sociais específicos perpassados por conflitos e, por relações de poder entre os diferentes agentes sociais que deles participam. Esses espaços são marcados por intensa luta simbólica e pela afirmação de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



distintas estratégias de poder pelos agentes sociais.⁵ A igualdade não passa de um fetiche, de algo inalcançável.

Uma destas estratégias de poder, (re) produtora de desigualdades, de hierarquias é a profusão de uma discursividade que nega a própria existência da diferença, da assimetria. É o que Bourdieu chama de

estratégias de condescendência, através das quais agentes que ocupam uma posição superior em uma das hierarquias do espaço objetivo negam simbolicamente a distância social, que nem por isso deixa de existir, garantindo assim as vantagens do reconhecimento concedido a uma denegação puramente simbólica da distância (“ele é uma pessoa simples”, “ele não é orgulhoso”) que implica o reconhecimento da distância. Em suma, pode-se usar as distâncias objetivas de maneira a obter as vantagens de proximidade e as vantagens da distância, isto é, a distância e o reconhecimento da distância assegurados pela denegação simbólica da distância (BOURDIEU, 1990, p. 154).

Para desvelar as representações e práticas dos múltiplos agentes sociais que compõem os conselhos, torna-se necessário conhecer a “realidade social” do grupo em questão, ou seja, buscar apreender o conjunto de relações sociais visíveis e, até, invisíveis, que constituem o espaço de posições, não só pela proximidade, pela vizinhança ou pela distância, mas também pela posição relativa que ocupam no espaço social.

Contudo, não é tarefa fácil construir o espaço social, tampouco torná-lo manifesto. Segundo Bourdieu, essa dificuldade se dá porque os grupos que se procura construir para objetivar as posições que eles ocupam, geralmente buscam esconder essas hierarquizações de poder, em função de sua posição no espaço social (BOURDIEU, 1990, p. 153). A sociedade, nessa compreensão, não é um corpo integrado a uma lógica única, mas uma totalidade resultante de um conjunto de espaços relativamente autônomos que não podem ser remetidos a uma lógica social única. Cada um desses espaços constitui um campo, ou seja, um sistema estruturado de forças objetivas, uma configuração relacional que, à maneira de um campo magnético, é dotado de uma gravidade específica, capaz de impor sua lógica a todos os agentes que nele penetram.⁶

Os Conselhos podem ser analisados por esta lógica de funcionamento, como campo de poder, como espaço onde relações de força se estabelecem e se desdobram, num jogo dinâmico de forças. Um espaço de lutas que visam sua transformação ou conservação. Lutas que têm por princípio uma espécie muito particular de capital, que é ao mesmo tempo

⁵ Segundo Bourdieu, “as lutas simbólicas a propósito da percepção do mundo social podem adquirir duas formas diferentes. Do lado objetivo, pode-se agir através de ações de representação individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valerem determinadas realidades: as manifestações que têm como objetivo tornar manifesto um grupo, seu número, sua força, sua coesão, fazê-lo existir visivelmente; e, ao nível individual, em todas as estratégias de apresentação de si, de sua posição no espaço social. Do lado subjetivo, pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo, ou seja, pelo exercício legítimo do efeito de teoria” (BOURDIEU, 1990, p. 161-162).

⁶ “Com a noção de campo obtém-se o meio de apreender a particularidade na generalidade, a generalidade na particularidade” (BOURDIEU, 1990, p. 171). Ou seja, não há uma oposição sumária entre o indivíduo e a sociedade. Pelo *habitus*, não somente o indivíduo está situado num universo social particular, mas o universo está inscrito nele.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



“o instrumento e o alvo das lutas de concorrência no interior do campo, a saber, o capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular ao preço de um trabalho e de estratégias específicas” (BOURDIEU, 1990, p. 170).

De acordo com Bourdieu (1997), o investigador deve apreender estruturas e mecanismos que escapam ao olhar de “senso comum”, buscando evidenciar os princípios e mecanismos de construção e reprodução do espaço social. Assim, os Conselhos são percebidos como campos atravessados por redes de relações, onde diferentes agentes interagem e disputam o controle das intervenções propostas, reelaborando-as de acordo com a posse de capital que detêm e em consonância com as posições que ocupam na estrutura social e no interior do “campo de poder”, que são os próprios Conselhos.

Uma análise sociológica sobre os Conselhos deve ter por fundamento buscar dar visibilidade e inteligibilidade sociológica às relações de poder que se estabelecem neste espaço social através das ações, comportamentos e situações vivenciados por seus agentes. No entanto, “é necessário saber descobri-lo onde ele (o poder) se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2001, p. 7-8).

Poder que é capaz de

constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2001, p. 14).

Poder que significa dominação. Não uma dominação que se estabelece através da coação direta aos agentes, mas uma dominação que se dá pelo efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram no espaço social através das relações de força entre os agentes. Através de uma discursividade – que, na maioria dos casos, lhe é imanente –, conseguem viabilizar a dissimulação e transfiguração da violência simbólica que elas (as relações de força) encerram objetivamente e transforma-as “em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 2001, p. 15).

Os Conselhos são espaços de conflitos, de lutas e de disputas constituídos por uma multiplicidade de agentes sociais: representantes do poder público (executivo, legislativo e judiciário) e representantes da sociedade civil organizada diretamente ligados à agricultura familiar (movimentos sociais, entidades sindicais, cooperativas e/ou associações produtivas, comunitárias, entidades de assessoria técnica e organizacional, dentre outros) que, concorrentes entre si, lutam para estabelecer o monopólio sobre o capital simbólico capaz de lhes garantir um lugar de destaque no espaço social, visto que, os agentes não agem apenas por interesse – econômico ou qualquer outro tipo utilitário –, mas também pela vontade de obter prestígio e reconhecimento dos outros; pela vontade de se distinguir e de se situar numa escala de poder.

Apreender a rede de relações sociais e de conflitos mergulhando na espessura do real, captando a lógica dinâmica e contraditória do discurso de cada agente social e de seu relacionamento com os demais agentes deve constituir o eixo de condução dessa



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



investigação, visto que, a realidade vivenciada no espaço social, o *habitus*⁷ tanto quanto a estrutura e sua interseção como história residem nas relações, que se constituem no verdadeiro foco da análise sociológica.

O pressuposto de orientação desta reflexão admite que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, espaços privilegiados para um novo padrão de gestão e discussão das políticas públicas, são estruturados a partir de relações de poder, as quais tanto podem contribuir para favorecer a cooperação quanto os conflitos, fazendo com que a fragilidade e, em muitos casos, a dependência dos atores sociais, possam minar a democracia das estruturas institucionais e políticas, reproduzindo e legitimando, com o critério da participação, as relações de dominação pré-existentes.

O objetivo primeiro, contudo, é compreender a trama das relações de poder, de dominação e de conflitos sociais existentes no funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), considerados como específicos espaços sociais voltados à participação democrática dos diversos agentes sociais, e onde, supostamente, deve prevalecer o protagonismo dos agricultores familiares. Os objetivos específicos são os seguintes: a) cartografar o mapa de diferentes sujeitos sociais que compõem esses espaços sociais; b) analisar as diferentes racionalidades que orientam as intervenções dos diversos agentes partícipes dos CMDRS; c) avaliar as múltiplas capacidades de intervenção dos diferentes sujeitos na definição de diretrizes e prioridades nos CMDRS; d) analisar as práticas sociais internas aos Conselhos, procurando deslindar os jogos de força, os conflitos, as formas de imposição de concepções e interesses; e) analisar os impasses, as dificuldades, as desigualdades que se impõem à plena participação nos Conselhos, em especial os custos de participação: custos materiais (tempo livre, estadia, transporte, alimentação...) e custos simbólicos (competências, saberes, etc.).

3. OPERACIONALIZAÇÃO DO OBJETO SOCIOLÓGICO: DESLINDAR A CARTOGRAFIA DOS AGENTES SOCIAIS PARTÍCIPES DOS CMDRS

Para construir uma leitura científica do real – as práticas sociais vivenciadas pelos agentes sociais no interior dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – objetivando analisar a trama de estratégias produtoras de relações de poder e de conflitos, “é preciso saber converter problemas muito abstractos em operações científicas inteiramente práticas” (BOURDIEU, 2001, p. 20), através de uma necessária articulação entre a teoria e a empiria.

Nesse sentido, é preciso, antes, acreditar na exigência de um rigor metodológico desde o processo de preparação de questionários, de roteiros de entrevista, na captação de dados, na leitura de quadros estatísticos ou na interpretação de documentos; acreditar que os dados não possuem evidência intrínseca devendo ser interpretados à luz de uma teoria e, crer na função coletiva da ciência, no seu valor para a humanidade e, socializar os seus resultados (BOURDIEU, 2001, p. 15; HAGUETE, 2000).

⁷ “O *habitus* constitui um sistema de esquemas de percepção, de apreciação e de ação, quer dizer, um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo que nos permitem perceber e agir e evoluir com naturalidade num universo social dado. O *habitus* é um operador de racionalidade, mas de uma racionalidade prática, inerente a um sistema histórico e relações sociais, assim, transcende o indivíduo. O *habitus* é criador, inventivo, mas nos limites de suas estruturas” (BOURDIEU, 2002).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Em acordo com os referenciais teóricos assumidos e tendo o propósito de compreender a trama das relações de poder, de dominação e os conflitos que perpassam o funcionamento dos CMDRS, deve buscar-se conhecer a realidade empírica de ao menos um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, tomado como amostra em uma totalidade qualquer. Saliento, entretanto, que esta amostra não deve estar isolada do conjunto de relações do qual retirou-se o essencial das suas propriedades, por entendermos que “ela nada é fora das suas relações com o todo” (BOURDIEU, 2001, p. 31).

O Conselho selecionado deve ter por base seguintes critérios considerados relevantes para os objetivos da pesquisa a que se pretende: a) presença de uma rede de agentes sociais, bem consolidada e articulada, visto que, quanto maior a multiplicidade de agentes sociais que constituem o Conselho maior a possibilidade de observações, de levantamento de dados e de realizar o objetivo proposto; b) a existência de Conselhos instituídos e em funcionamento, realizando suas atividades, facilitando contextualizar os níveis de participação. Como critério adicional, considerar as facilidades operacionais para a realização da pesquisa: facilidade de acesso aos dados e às informações sobre o objeto de pesquisa e, não menos relevante, a possibilidade de redução dos custos de operacionalização da pesquisa.

Para a coleta de dados podem ser as seguintes técnicas de investigação: qualitativas (realização de entrevistas, pesquisa documental e observação assistemática, dentre outras) e quantitativas (aplicação de questionários, análise de relatórios estatísticos, etc.).⁸

a) Os questionários, a serem preenchidos pelos conselheiros titulares e suplentes nomeados para compor os CMDRS podem apresentar como objetivo levantar a composição dos Conselhos; quem esses conselheiros representam; porque estão participando dos Conselhos; como atuam; conhecimentos que dispõem sobre os Conselhos; etc.

b) A análise documental deve ser utilizada na obtenção de dados e informações que revelem ou que façam revelar os elementos regulamentadores que dão orientação ao funcionamento dos CMDRS. Assim, relatórios estatísticos, decretos, leis de instituição dos CMDRS, decreto ou portaria de nomeação dos conselheiros, atas de reuniões, regimentos internos, jornais, etc., aportam informações de forma direta: os dados estão lá, resta fazer sua triagem, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa.

c) As observações devem ser realizadas em todos os momentos de contato com o objeto de pesquisa, levando-se em conta os debates, as expressões, as opiniões e a intervenções feitas pelos conselheiros. Observar e apreender elementos que possam expressar atitudes de insegurança, incertezas, ansiedade, excesso de segurança, certezas e contradições os quais, considera-se que poderão contribuir para configurar a hipótese de pesquisa.⁹

Segundo Laville & Dionne (1999), a observação revela-se certamente um privilegiado modo de contato com o real. Entretanto, ao ser utilizada como técnica de

⁸ Adotamos, aqui, os mesmos preceitos utilizados por Bourdieu, para quem é preciso “mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objecto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis” (BOURDIEU, 2001, p. 26).

⁹ “Embora não existam regras fixas acerca do que observar, há itens que, em virtude de serem significativos, costumam ser considerados pelos pesquisadores: a) os sujeitos: quem são os participantes? Quantos são? Qual o sexo? Quais as suas idades? Como se vestem? O que os movimentos de seu corpo expressam?; b) O cenário: Onde as pessoas se situam? Quais as características desse local? Com que sistema social pode ser identificado?; c) o comportamento social: o que realmente ocorre em termos sociais? Como as pessoas se relacionam? De que modo o fazer? Que linguagem utilizam?” (GIL, 1999, p. 112).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



pesquisa, não é contemplação beata e passiva. É essencialmente um olhar ativo sustentado por uma questão e por uma hipótese cujo papel é possibilitar analisar as condições sociais em que os discursos se produzem e identificar como as relações de poder se estabelecem entre os agentes sociais, no âmbito dos Conselhos.

Participar de reuniões, seminários, inaugurações, comemorações, etc., buscando incessantemente captar as ambigüidades e contradições entre o pensar e o agir dos agentes sociais, a maneira de dizer, as inflexões, as hesitações, as pausas e os silêncios, que em alguns casos, dizem muito. Buscar dar visibilidade e dizibilidade a fragmentos de discursos, ao ‘não dito’ e ao ‘mal dito’ – muitas vezes por medo, por pudor, por desconfiança ou porque dizê-lo seria doloroso demais – os quais podem ser tão importantes quanto os discursos elaborados. Analisar ainda, de forma bem específica, a participação dos membros dos conselhos nas reuniões: quem comparece às reuniões, quem participa, quem usa a palavra, quem não se manifesta, os assuntos abordados, o tempo de duração das reuniões etc., ou seja, elementos que possam fornecer subsídios a uma análise mais aprofundada da “participação”.

c) Fazer uso, igualmente de entrevistas parcialmente estruturadas, por entender que sua flexibilidade e adaptabilidade possibilitam um contato mais direto entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores, em suma, tudo o que possa ser reconhecido, como o objeto das investigações baseadas no testemunho (LAVILLE e DIONNE, 1999).

O discurso passa a ser utilizado como estratégia de manutenção do poder, através do domínio da capacidade argumentativa e da habilidade no seu uso e, isto pode ser apreendido através da compreensão de que, por trás do discurso, há uma intencionalidade que pode conter significados que não são imediatamente inteligíveis. Torna-se um desafio produzir as fontes orais e através destas investigar os discursos produzidos pelos agentes sociais evidenciando as situações, as estratégias, os fatos e os juízos vivenciados no campo em questão.

Através das entrevistas realizadas com agricultores familiares representantes de associações, representantes sindicais, de cooperativas e do poder público municipal, técnicos de ATER e, representante dos agentes financeiros, procurar dar condições de produção da percepção desses agentes sociais sobre a experiência participativa nos Conselhos, o que permitiria dar significado sociológico às práticas discursivas utilizadas que, objetiva¹⁰ ou subjetivamente, possam revelar as relações de poder que atravessam os Conselhos: as estratégias, as intenções, os projetos e as idéias.

Elaborar, primeiramente, os “Roteiros de entrevistas” para que possam ser aplicados aos diversos agentes sociais objetivando auferir o máximo de elementos que possam permitir uma análise aprofundada da “participação” nos Conselhos.

Nas entrevistas com os Agricultores Familiares, representante de associações, dentre as várias possibilidades, procurar levantar elementos que falem ou que façam falar sobre “o porquê” de participar ou “não” das reuniões do Conselho: recursos, informações, conhecimentos, custos, etc. Oportunizar o uso de relatos de “história de vida”¹¹, ou seja, a narração da experiência vivida pelos agentes sociais, principalmente com relação ao período

¹⁰ “Objetivar significa também produzir às claras, tornar visível, público, conhecido de todos, publicado” (BOURDIEU, 1990, p. 102).

¹¹ Sobre a técnica de “história de vida”, ver LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 158-163.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



de existência do Conselho, para que possam relatar suas experiências de inserção no campo pesquisado, permitindo a análise da auto-imagem, dos objetivos e das estratégias de atuação junto ao Conselho.

Nas entrevistas com os Representantes do Poder Público Municipal, procurar averiguar o nível de participação, de interferência e de arbitragem destes, dentro do Conselho: cooperação, parceria, participação, manipulação de informações, ajuda de custos para favorecer a participação no Conselho, etc. Procurar tornar explícita a visão que tem do Conselho (a engenharia participativa) e de seus membros (agentes sociais com direito à participação ou agentes passíveis de controle e de dominação).

Nas entrevistas com os Técnicos de ATER, buscar levantar o nível de autoridade e dependência destes para com os demais membros do Conselho e o trabalho desempenhado por estes para fortalecer e incentivar a participação dos agentes sociais. Identificar, sob sua ótica, os principais problemas do Conselho e de seus membros e as intervenções necessárias para saná-las.

Na entrevista com os Representantes dos agentes financeiros, buscar averiguar o nível de conhecimento e de interesse deste para com o conselho, a possibilidade de uso da funcionalidade administrativa como forma de manipulação, controle, gerenciamento e liderança frente às atividades do Conselho e o reflexo dessas ações junto aos demais agentes sociais.

Nas entrevistas com os Representantes Sindicais e de Cooperativas, analisar o nível de envolvimento político destas instâncias dentro do Conselho e a visão que têm sobre a participação neste espaço social, bem como, a importância que a agricultura familiar tem para o segmento que representa.

3. CONCLUSÃO

Ao proceder à construção e análise cartográfica dos agentes sociais que compõem os Conselhos, busca-se avaliar as múltiplas capacidades de intervenção dos sujeitos, a análise das práticas sociais internas aos Conselhos, além das desigualdades que se impõem à plena participação dos agentes sociais.

Contudo, o essencial é a apresentação dos resultados levantados por meio das técnicas de pesquisa, como entrevistas, questionários e documentos, com os quais busca-se validar ou, em última instância, negar a hipótese de pesquisa, bem como as contribuições que a pesquisa poderá apresentar ao meio acadêmico, à sociedade e, principalmente, à ampliação da promoção do desenvolvimento rural.

4. BIBLIOGRAFIA

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 561-597.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.



BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Oieras/Portugal: Celta Editora, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo ÍCONE/UNICAMP, 1985.

FAVARETO, Arilson e DEMARCO, Diogo. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco Estados brasileiros. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 121-145.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologias da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados – Dossiê Desenvolvimento rural**, São Paulo, USP: Instituto de Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 31-36, set.-dez. 2001.

MDA. **Plano Safra 1997/1998**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=668>> e, <<http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/agrfamiliar.pdf>>, Acesso em 16/10/2006.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 51-119.



SANTOS, Boaventura de Sousa. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 455-559.

SCHNEIDER, Sérgio; CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-47.

SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

SOMARRIBA, Mercês e DULCI, Otavio. A democratização do poder local e seus dilemas: a dinâmica atual da participação popular em Belo Horizonte. In: DINIZ, Eli e AZEVEDO, Sérgio de (Orgs.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1997. p. 391-425.

TOMMASI, Livia De. A participação nos conselhos paritários: significados e limites. In: **Conselhos municipais e políticas sociais**. Rio de Janeiro: IBAM/IPEA, 1997. p. 78-97.